

NARRATIVA DO MONITOR DE SECAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2018

Condições Meteorológicas do Mês de Fevereiro de 2018

A Figura 1 mostra a espacialização da precipitação do Nordeste brasileiro: (A) registrada no mês de fevereiro de 2018, (B) média histórica (ou climatologia) do mês de fevereiro e (C) o desvio (ou anomalia) da precipitação registrada neste mês em relação à média histórica.

Historicamente, no mês de fevereiro os maiores volumes de chuvas (com acumulados acima dos 150 mm), são esperados em todo o estado do Maranhão, centro-norte e oeste do Piauí, oeste da Bahia e da Paraíba e nos extremos norte e sul do Ceará (Figura B). Por outro lado, os menores valores (com acumulados inferiores a 75 mm) são esperados no nordeste da Bahia, grande parte dos estados de Sergipe e Alagoas, além do agreste da Paraíba e de Pernambuco. Nas demais áreas do Nordeste brasileiro, os acumulados de chuvas, normalmente variam entre 75 mm a 150 mm.

Nesse mês de fevereiro em 2018 (Figura A) os maiores volumes (com acumulados acima de 150 mm) se concentraram no oeste, norte e sul da Bahia, grande parte dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará (com exceção de uma extensa área no setor central e leste desse Estado), noroeste de Pernambuco, extremos noroeste, sudoeste, Agreste e Leste do Rio Grande do Norte, oeste e em pontos isolados da zona da mata paraibana. Por outro lado, os menores volumes de chuvas (com acumulados inferiores a 50 mm) foram registrados nas regiões do recôncavo e nordeste da Bahia, grande parte de Sergipe, centro-sul de Alagoas e, em pontos isolados do agreste da Paraíba e Pernambuco. Nas demais áreas do Nordeste brasileiro, os acumulados variaram entre 50 mm e 150 mm.

Sabendo que o mês de fevereiro está inserido no primeiro período chuvoso da Região Nordeste do Brasil, principalmente na faixa centro-sul e oeste dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, bem como o início do segundo período chuvoso, sobretudo na faixa centro-norte dessa Região (incluindo o norte da Bahia), verificou-se que o predomínio foi de chuvas variando entre a normalidade a valores de 200 mm acima da média histórica. Mesmo assim, as chuvas ficaram abaixo do normal nas regiões do recôncavo e nordeste da Bahia, em pontos isolados no noroeste e sudoeste do Piauí, além do sudoeste e no norte do Maranhão.

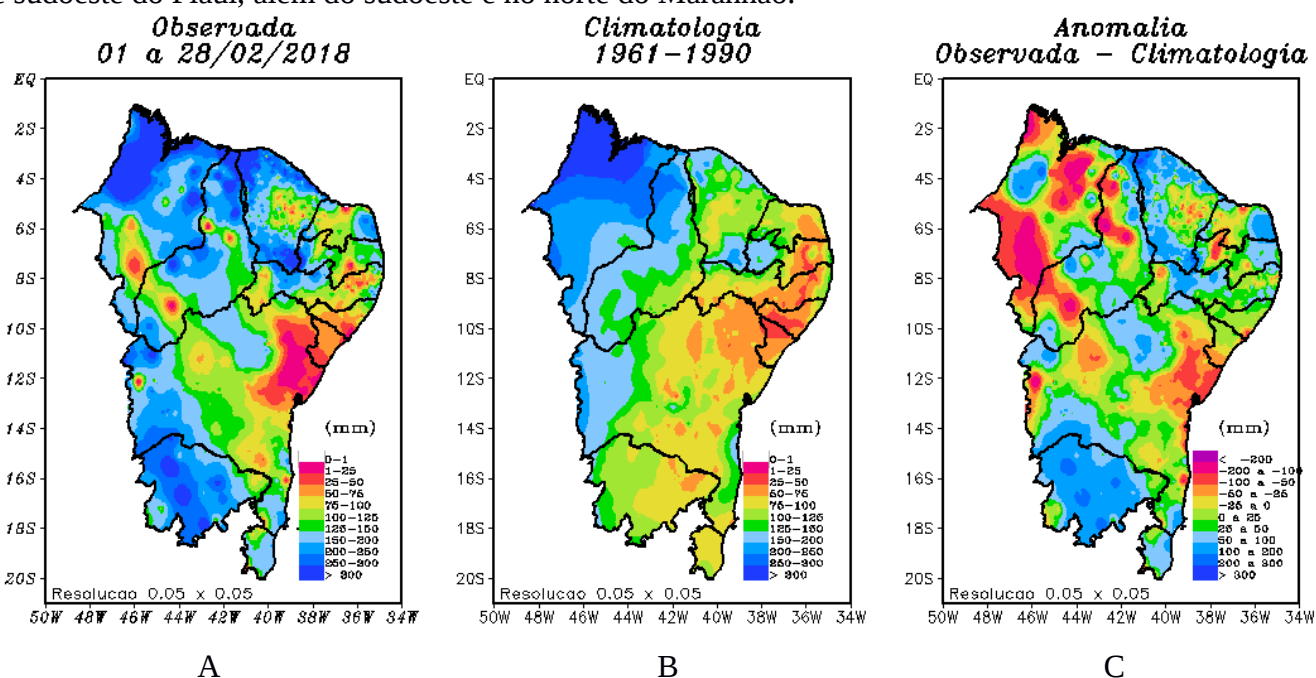


Figura 1. Espacialização da precipitação (mm) mensal no mês de Fevereiro/2018 na região Nordeste do Brasil: (A) precipitação acumulada; (B) climatologia; (C) anomalia de precipitação. Página de procedência

da figura: http://proclima.cptec.inpe.br/~rproclima/Moni_NE/precobsclim02.gif.

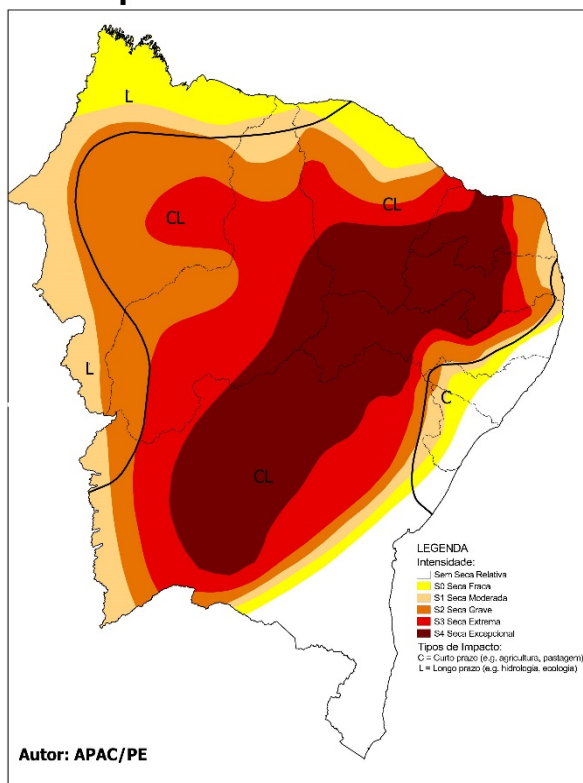
Síntese do Traçado do Monitor das Secas do Mês de Janeiro de 2018

Em uma pré-análise, foram considerados os índices SPI e SPEI para 3, 4, 6, 12, 18 e 24 meses, com maior detalhamento para os Estados do Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas e Bahia (BA), em virtude de uma quantidade maior de pontos e informações que esses Estados da região Nordeste do Brasil apresentam. No intuito de compensar o déficit de informações, tanto para esses Estados quanto para as demais áreas do Nordeste brasileiro, foram utilizadas, de forma ampla, os seguintes produtos de apoio: climatologia da precipitação mensal, precipitação observada, anomalia de precipitação do mês de janeiro (e dos meses anteriores), bem como, o índice de saúde da vegetação (VHI). Com isso, áreas do Nordeste, onde há poucos pontos de informações, foram analisadas, além de complementar as áreas onde a densidade de informações é maior.

É necessário ressaltar que, para o traçado deste mapa, foi considerada a seca física, levando-se em conta os índices SPI, SPI-MERGE e SPEI, de curto e longo prazo, levando-se em conta também os impactos da seca na população urbana e rural atingida pela seca.

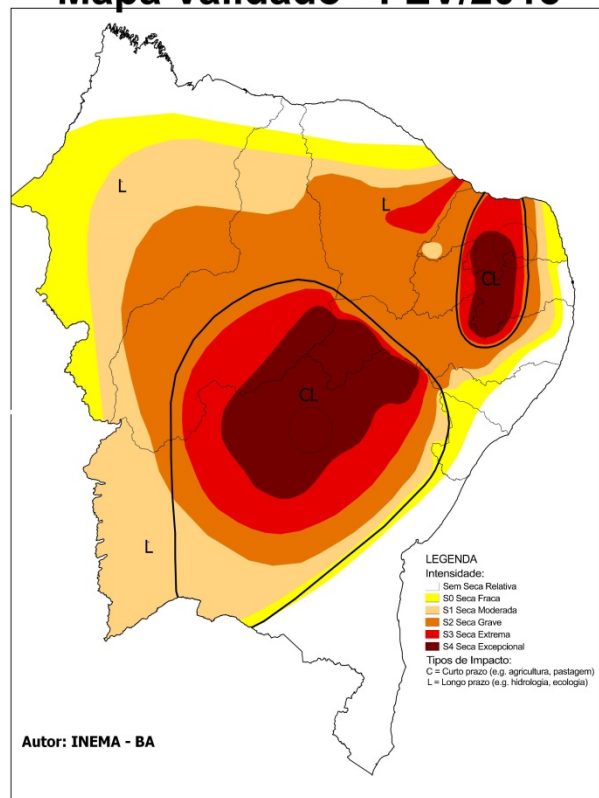
Ao comparar o mapa validado no mês de janeiro de 2018, na figura 2(A), com o mapa validado do mês de fevereiro de 2018, na figura 2(B), verifica-se que as mudanças mais significativas no traçado ocorreram, principalmente, nos Estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba.

**Monitor de Secas do Nordeste
Mapa Validado - JAN/2018**



(A)

**Monitor de Secas do Nordeste
Mapa Validado - FEV/2018**



(B)

Figura 2. Monitor de Secas do Nordeste: (A) Janeiro/2018; (B) Mapa Validado - Fevereiro/2018.

Na maior parte do Maranhão, foram registrados volumes de chuva com valores acima de 150 mm. No sudoeste e no norte do estado, o volume de chuva ainda foi abaixo da normalidade esperada. Contudo as chuvas foram suficientes para diminuir o impacto da seca e reduzir as áreas de seca extrema (S3) e seca grave (S2) ao norte, centro e leste do Estado. Ao extremo norte e uma pequena parte do oeste a seca fraca (S0) diminuiu apresentando áreas sem seca relativa. Quanto aos impactos, estes passaram a ser de longo prazo (L) em todo território do Estado, devido às chuvas que ocorreram nos últimos meses terem reduzido os impactos de curto prazo.

No Piauí, chuvas com valores acima de 150 mm foram registradas ao longo de todo o território. Essas chuvas contribuíram para diminuição da severidade da seca no sudoeste, centro e ao norte do estado. Houve redução nas áreas de seca excepcional (S4) e seca extrema (S3) e na maior parte das regiões permaneceu a seca grave (S2). No litoral a diminuição da seca fraca (S0) fez surgir áreas sem seca relativa. Grande parte da divisa com Ceará diminuiu de seca excepcional (S4) e extrema (S3) para seca grave (S2). Na divisa com Pernambuco e Bahia permaneceram áreas com seca excepcional (S4) e extrema (S3), porém em menor proporção quando comparada ao mês anterior. Na maior parte do estado não há mais impactos de curto prazo (C), apenas de longo prazo (L), exceto na parte sudeste em divisa com Bahia, Ceará e Pernambuco onde os impactos permanecem de curto e longo prazo (CL).

No Ceará, em muitas localidades as precipitações ficaram acima da média do mês, com exceção da parte central e leste do estado. Assim, as alterações nas condições de secas no estado foram significativas, com extinção na área de seca excepcional (S4) grande redução na área de seca extrema (S3). Reduções menores foram observadas nas condições de seca grave (S2), seca moderada (S1) e seca fraca (S0), ocasionando inclusive o aparecimento de área sem seca relativa em todo litoral. Essas mudanças, ocasionadas principalmente pelas chuvas registradas no mês de fevereiro, fez com que, em praticamente todo estado, a seca que era de impacto curto e longo prazo (CL), passasse a ser de longo prazo (L), com uma pequena exceção no extremo sul onde permanece de curto e longo prazo (CL).

No Rio Grande do Norte, os melhores acumulados de chuva ocorreram no Leste e Agreste, extremos noroeste e sudoeste, havendo diminuição nas áreas de seca excepcional (S4) e seca extrema (S3), alterando o padrão da seca instalada no estado, que passou a variar, em sua maioria de seca moderada (S1) a seca extrema (S3). Com as chuvas que se concentraram no litoral, houve o aparecimento de área sem seca relativa. O Seridó Potiguar e uma parte do Sertão continuam entre seca excepcional (S4) e seca extrema (S3). Quanto aos impactos, estes se mantiveram de curto e longo (CL) nas áreas de seca S3 e S4 e no restante do Estado foram observados impactos de longo prazo.

Na Paraíba, os maiores volumes de chuva se concentraram no oeste e em pontos isolados da zona da mata paraibana, e os menores acumulados de chuva (< 50 mm) foram registrados em pontos isolados do agreste paraibano. Este comportamento reduziu o quadro de seca em todas as categorias, na zona da Mata houve aparecimento de área livre de seca relativa e o aparecimento de seca fraca (S0). O Sertão paraibano reduziu as categorias de seca excepcional (S4) e extrema (S3) para seca grave (S2), a Borborema ainda se encontra entre seca excepcional (S4) e extrema (S3) e por fim o Agreste paraibano possui três categorias de seca: extrema (S3), grave (S2), moderada (S1). Em relação aos impactos de seca, a região da Borborema encontra-se em curto e longo prazo (CL) e as demais regiões do estado possuem impactos de longo prazo (L).

O noroeste de Pernambuco apresentou índices pluviométricos maiores que 150 mm, as demais áreas entre 50 e 150 mm e pontos isolados do agreste registraram menos de 50 mm. Este comportamento das chuvas, dos últimos meses, reduziu a seca excepcional (S4) na região do São Francisco e parte do Sertão, onde antes, essa categoria, abrangia todo Estado. O agreste pernambucano e zona da mata variaram de seca grave (S2) a fraca (S0), com o aparecimento de

área sem seca relativa na região metropolitana do Recife. A maior parte do Estado encontra-se em impacto de curto e longo prazo (CL).

Em Alagoas, não houve mudanças no comportamento das secas, permanecendo uma pequena área em seca fraca (S0), moderada (S1) e grave (S2), devido à pequena quantidade de chuvas (< 50 mm) registradas no centro sul do estado e as altas temperaturas registradas nos últimos meses. As demais áreas do estado permaneceram com ausência de seca relativa. Em relação aos impactos nas áreas de seca, esses são de longo prazo (L) para áreas de S0 e as demais de curto e longo prazo (CL).

O estado de Sergipe apresentou seca moderada (S1) no extremo oeste e nas demais áreas do estado, permaneceram com ausência de seca relativa. Quanto aos impactos nas áreas de seca, estes se apresentam como de curto e longo prazo (CL) em todo estado.

Na Bahia, as chuvas com volumes mais expressivos (>150 mm) se concentraram no oeste, norte e sul do estado. Na região nordeste as chuvas (< 50 mm) não foram suficientes para baixarem a categoria de secas da região, havendo uma redução na extensão, mas com o registro da mesma categoria da seca excepcional (S4). As chuvas do oeste ampliaram a área de seca moderada (S1), onde antes se registrava seca grave (S2). As chuvas do litoral e sul foram suficientes para manterem a área sem seca já registrada em meses anteriores. Em relação aos impactos, estes permanecem de curto e longo prazo (CL) em praticamente todo o estado, ficando uma parte do oeste com impacto apenas de longo prazo (L).

Para o traçado do mapa validado, referente ao mês de fevereiro de 2018, foram utilizadas as considerações feitas na reunião de autoria, realizada no dia 09/02/2018, por representantes da APAC-PE, FUNCEME-CE, INEMA-BA, ANA e ARESTech, e pelas informações repassadas pelos validadores da FUNCEME-CE (02), LABMET/NUGEO/UEMA-MA (03), SEMAR-PI (01), EMPARN/EMATER-RN (02), SEMARH-AL (01), AESA-PB (01), IPA-PE (06).